

ADMINISTRAÇÃO

PPP DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Credores buscam prefeitura para receber do consórcio Conecta

Empresas também acionaram a Justiça, acusando a parceira do município de calote; cobranças ultrapassam os R\$ 800 mil

WALTER DUARTE
redacao@jornalribeirao.com.br

Empresas que forneceram produtos e serviços ao Consórcio Conecta, responsável pela iluminação pública de Ribeirão Preto, estão buscando a prefeitura e a Justiça para tentar receber suas faturas. Ações judiciais que acusam o grupo de “calote” ultrapassam os R\$ 800 mil.

Entre as dívidas cobradas, há uma fábrica de móveis, que forneceu R\$ 5 mil produtos e espera pela quitação do crédito há mais de 12 meses. O contrato de PPP (Parceria Público-Privada) entre o município e as empresas tem valor estimado de R\$ 103 milhões.

Após contatos frustrados com a diretoria do parceiro, um credor decidiu procurar a administração municipal para denunciar a falta de pagamento. Como resposta, a Secretaria de Administração emitiu uma notificação ao consórcio - a sétima, desde janeiro - pedindo esclarecimentos.

O diretor jurídico e financeiro do Conecta, Ricardo Cândia, classificou as cobranças como normais.

“A Conecta Ribeirão é uma Concessionária Público Privada, um contrato de grande circulação de ativos e passivos. As movimentações são naturais do contrato, temos fiscalização de verificadores independentes.

CONSÓRCIO CUMPRIU 27% DA META DE RENOVAÇÃO DE LÂMPADAS EM UM ANO

Assinada durante a gestão do ex-prefeito Duarte Nogueira (PSD), a PPP enfrenta problemas desde o início da gestão Ricardo Silva (PSD). Em setembro, a administração acusou a empresa de cumprir apenas 27% da meta de substituição de luminárias antigas por lâmpadas de LED.

Segundo a prefeitura, o Conecta deixou de trocar 40 mil pontos de iluminação.

Esta semana, o MPE (Ministério Público Estadual) abriu inquérito para investigar o descumprimento do contrato. A apuração é baseada em uma representação feita pela Comissão Especial de Estudos da Câmara, que acompanhou o serviço por cerca de oito meses.

As ações em discussão em órgãos públicos, TJ e outros são privadas, a situação financeira da Conecta Ribeirão é equilibrada. Insatisfações de grupos que nos prestam serviços têm diversos motivos e, nesse caso específico, um fornecedor resolveu indevidamente comunicar a Prefeitura de uma discussão técnica de aprovação financeira por lançamento e erro do prestador. O caso já foi encerrado e o município já recebeu informação em resposta”, afirmou.



Equipe do Conecta durante reparo em ponto de iluminação: cobranças contra o consórcio se acumulam

Secretária se recusa a falar sobre problemas com PPP

O Jornal Ribeirão solicitou à assessoria de imprensa da Secretaria municipal de Infraestrutura uma entrevista com a titular da pasta, Juliana Ogawa, sobre os problemas na PPP. A secretária fiscaliza o contrato. Ogawa se recusou a atender a reportagem e se manifestou através de nota.

“Desde o início da atual gestão, foi implantado um plano de regularização da execução contratual, diante

dos atrasos identificados na manutenção e na modernização da rede de iluminação pública da cidade. A administração passou a priorizar a gestão do contrato, o que resultou na emissão de cinco novas notificações ao consórcio — totalizando sete até o momento. A Prefeitura ressalta que a saúde financeira da empresa é avaliada com base em sua capacidade de cumprir as obrigações firmadas, aspecto que vem

sendo rigorosamente fiscalizado. Questões relativas a litígios entre o consórcio e suas empresas terceirizadas, entretanto, não competem à administração municipal. A gestão municipal segue atuando para garantir que o serviço de iluminação pública, essencial à segurança e à qualidade de vida da população, seja prestado de forma contínua, eficiente e em conformidade com o contrato firmado”, diz o texto.

VEREADOR

Comissão de Ética livra Bigodini da cassação

ANGELO LOPES
redacao@jornalribeirao.com.br

A Comissão de Ética da Câmara de Ribeirão Preto negou o pedido de cassação do vereador Bigodini (MDB) por quebra de decoro parlamentar. O colegiado propôs a suspensão do colega, por um prazo de 180 dias, sem direito a salário.

Além do mandato, a decisão também preserva os direitos políticos do emebista.

O parlamentar é acusado, pela Polícia Civil, de co-

meter três crimes após um acidente de trânsito, no final de setembro: fraude processual, falsidade ideológica e embriaguez no volante.

Antes de colidir o veículo na Avenida do Café, Bigodini teria ido a uma casa noturna e um bar e dirigido pela cidade a mais de 180 KM/H. Segundo a investigação policial, ele tentou enganar as autoridades, dizendo que era a namorada quem conduzia o veículo no momento da batida. Vídeos de câmeras de segurança e imagens divulgadas em re-

des sociais desmentiram o parlamentar.

Após receber o inquérito e analisar a defesa do vereador, a comissão emitiu um parecer final sobre o caso. Segundo o relatório, a penalidade busca não “só punir”, mas também “educar”, destacando os princípios de proporcionalidade, razoabilidade e finalidade pública.

O projeto de resolução foi lido em plenário nesta quarta-feira (5) e ainda não tem previsão para ser votado. Ele precisa ser aprovado pela maioria dos vereadores.



Vereador Bigodini escapou da cassação por decisão da comissão de Ética